

O caso Justa Trama: contexturas entre a economia solidária e as estratégias orientadas para a sustentabilidade no processo de *Life Cycle Design*

Jucelia S. Giacomini da Silva

Neide Köhler Schulte

Resumo

Amplas possibilidades para a atuação do design tem se concentrado na tarefa de mediar a produção material e suas relações de produção e consumo e, entre estas variadas perspectivas, reside o desafio de auxiliar no desenvolvimento de benefícios efetivos e duráveis para os indivíduos e grupos sociais em seus territórios. A partir deste enfoque, estratégias em design orientadas para a promoção de melhorias socioambientais e econômicas têm sido congregadas a iniciativas de produção e consumo, fundamentadas nos preceitos da Economia solidária (ES). Deste modo, a implantação destas estratégias tem se configurado como um dos fatores-chave na busca por alternativas factíveis para a ampliação das condições de desenvolvimento local. De acordo com estes pressupostos, o presente artigo analisa o caso da associação Justa Trama, pois este empreendimento tem suas ações fundamentadas nas contexturas da economia solidária, em busca de benefícios socioambientais e econômicos para os seus associados e para a sociedade como um todo. Como resultados observados durante a análise do caso, verificou-se que a Justa Trama congrega diversas estratégias orientadas à sustentabilidade social, ambiental e econômica, visto que estas estratégias já se encontram inseridas de modo intrínseco no *Life Cycle Design* (LCD) dos produtos desenvolvidos pela associação. A partir de um modelo organizacional fundamentado em valores solidários, a Justa Trama tem obtido êxito em seus propósitos de prover autonomia aos cooperados nas diferentes etapas produtivas, ao mesmo tempo em que consegue manter um alinhamento com seus fundamentos centrais também nas etapas de distribuição e consumo.

Palavras-chave: estratégias em design e sustentabilidade, *Life Cycle Design*, Economia Solidária, Cooperativas Populares.

Abstract

Wide possibilities for the role of design has been concentrated on the task of mediating material production and its relations of production and consumption and, between this varied perspectives, its the challenge of assisting the development of effective and lasting benefits for individuals and social groups in their territories. From this approach, design-oriented strategies to promote social, environmental and economic improvements have been gathered to initiatives of production and consumption, based on the principles of solidarity Economy (SE). Thus, the implementation of these strategies has emerged as one of the key factors in the search for feasible alternatives for expanding the conditions of local development. According to these assumptions, this article examines the case of the association Justa Trama, because this enterprise has its actions based on the “connections” of solidarity economy in search of social, environmental and economic benefits for its members and for society as a whole. As results observed during the examination of the case, it was found that Justa Trama brings together diverse strategies oriented to social, environmental and economic sustainability, as these strategies are already inserted intrinsecaly in the Life Cycle Design (LCD) of products developed by the association. From an organizational model based on values of solidarity, Justa Trama has succeeded in its purpose of providing autonomy to the cooperative members in the different stages of production, while it manages to maintain an alignment with their core foundations also in the stages of distribution and consumption .

Keywords: strategies on design and sustainability, Life Cycle Design; Solidarity Economy; Popular Cooperatives.

1. Introdução

Ações em design orientadas para melhorias socioambientais significativas necessitam de envolvimento ativo entre os atores envolvidos, o que requer um remodelamento harmônico entre os requisitos da técnica e as interações sociais no processo de design. Estas competências não se sobrepõem aos saberes já adquiridos e aplicados tradicionalmente pela profissão, mas os potencializa e complementa, abrindo caminhos e possibilidades distintas para a atuação profissional do designer (MONTEIRO; WAGNER, 2010).

Segundo o pensamento de Krucken (2009), os artefatos produzidos localmente são expressões culturais e se encontram intrinsecamente correlacionados com a localidade e com o grupo social que os gerou. Estes recursos, quando empregados como atividade econômica,

representam um conjunto de valores associados, que passam a integrar alternativas factíveis para a ampliação do desenvolvimento local.

Deste modo, para que ocorra a valorização destes artefatos, as estratégias em design utilizadas necessitam ir além das esferas pragmáticas do projeto, considerando também a construção social estabelecida pela soma de indivíduos integrados nas tessituras das ligações sociais, pelo convívio e pelas ligações operativas e afetivas. Assim a estratégia de criação de valor se desloca dos aspectos físicos e lineares, passando a abranger cadeias complexas e valores imateriais. Nestes casos, as ações em design necessitam ser implantadas sob um enfoque sistêmico, o que permite alavancar a criação de valor do projeto em si, pois inclui a ação conjunta entre os variados agentes do processo de desenvolvimento de produtos e serviços nas diferentes etapas de produção e utilização.

Estes preceitos apresentam ampla correlação com os ideais da economia solidária, que buscam congregar um conjunto de práticas econômicas e sociais de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, a fim de desenvolver e fortalecer novas alternativas de trabalho e renda em favor da inclusão social, fundamentando-se nos princípios de cooperação, autogestão e solidariedade (MTE/SENAES, 2013). Estas atividades econômicas compreendem uma diversidade de modelos organizacionais definidos pela Secretaria Nacional de Economia solidária (SENAES) como Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

Os empreendimentos econômicos solidários se organizam sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, fábricas recuperadas, redes de cooperação, entre outros, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Sob esta ótica os EES são concebidos como um sistema socioeconômico fundamentado em valores democráticos, de solidariedade, independência e autonomia e apresentam a finalidade de prover alternativas viáveis de sobrevivência e inclusão socioeconômica de trabalhadores sem renda ou com baixa remuneração.

Tendo em vista estes desafios, no campo do design já é possível verificar importantes iniciativas para a reformulação das práticas de projeto orientadas a novos modelos de produção e consumo, baseados em trocas comerciais que se fundamentam nos princípios de equidade socioambiental. A fim de investigar as práticas existentes e seus respectivos resultados, este estudo busca analisar o caso da Justa Trama, a partir do mapeamento de suas principais estratégias de melhoria ambiental, social e econômica. Esta análise tem como finalidade identificar os principais benefícios e barreiras e no desenvolvimento de projetos.

A análise realizada busca mapear os desafios e soluções encontradas pela cooperativa no desenvolvimento de seus produtos e processos, desde a produção até o descarte. A identificação das melhores práticas nas etapas de projeto e as interconexões entre os atores envolvidos no ciclo de produção e consumo demonstram a necessidade de atuação sistêmica do design em soluções cada vez mais abrangentes, que considerem todo o contexto de projeto e incluam também as particularidades e interações entre os atores sociais.

Para compor esta investigação, o presente artigo apresenta inicialmente uma retomada dos acontecimentos que fundamentaram o surgimento da economia solidária no Brasil, nas duas últimas décadas do século XX. A partir desta conjuntura são apresentados os princípios da economia solidária a partir da compreensão formalizada pelas instituições de fomento, que atualmente tem como principal representante a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Na sequência são apresentadas as estratégias para a promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica no *Life Cycle Design*, que posteriormente são utilizadas como parâmetro de análise das etapas produtivas do caso Justa Trama. Como resultado foi observado que as cooperativas analisadas integram diversas estratégias orientadas à sustentabilidade social, ambiental e econômica, visto que estas estratégias já se encontram inseridas de modo intrínseco no *Life Cycle Design* da Justa Trama.

2. A economia solidária e as organizações de base solidária no Brasil

A constituição do campo da economia solidária no Brasil ocorreu simultaneamente à articulação das práticas nas esferas políticas, econômicas e sociais. Como este panorama congrega diferentes posicionamentos ideológicos que não fazem parte do escopo deste trabalho, optou-se pela constituição de uma síntese dos principais aspectos históricos e sociais. Este quadro teórico posteriormente vai auxiliar a compreensão das possibilidades de inserção do design como ferramenta de auxílio para o desenvolvimento de melhorias estratégicas nos empreendimentos econômicos solidários.

Para fundamentar a investigação histórico-social do referido tema este tópico está baseado nas investigações de doutoramento de Lechat (2004), Barbosa (2007) e Menezes (2007), visto que estas pesquisadoras já realizaram investigações aprofundadas sobre o tema.

2.1. A economia solidária no contexto brasileiro a partir de 1980

No Brasil, especialmente a partir da década de 1980, ocorreram profundas transformações nas estruturas socioeconômicas que provocaram efeitos contundentes no âmbito do trabalho e a conseqüente busca dos trabalhadores por sua própria subsistência, o que possibilitou a sublevação de iniciativas solidárias como categorias de reivindicação de demandas sociais, políticas e econômicas.

Neste período, iniciativas associativistas e ações políticas orientadas às melhorias sociais, sustentaram a estruturação da economia solidária no âmbito do Estado, “como parte de uma resignificação semântica, política, econômica e social do trabalho” (BARBOSA, 2007, p.22), que visava estabelecer seu reconhecimento principalmente pelas contingências da cultura do autoemprego, desvinculando-a da crise do trabalho e da queda qualitativa das vantagens empregatícias.

Neste panorama de precarização e desigualdade emerge a economia solidária, pautada ora como uma categoria econômica diferenciada e autônoma, ora como um conceito ou movimento social. Embora não exista um consenso sobre seu enquadramento prático e teórico, as experiências que deram origem à economia solidária foram determinadas por variados modos de associação e organização de trabalhadores na iminência do desemprego ou no limiar da informalidade e da precarização, em uma tentativa de resgate dos princípios de solidariedade e de autogestão, tendo em vista uma redemocratização social e econômica.

Por outro lado, as teorizações iniciais desenvolvidas por estudiosos brasileiros acerca da economia solidária, a partir de meados da década de 1990, foram fundamentadas nas experiências empíricas oriundas de certas atividades dos setores econômicos denominados então, de informal e popular. Os traços que particularizaram esta categoria econômica como solidária se devem ao recorte diferenciado que foi estabelecido, que pôs em destaque características como o cooperativismo e a autogestão, entre os diversos modos existentes de geração de trabalho e renda (LECHAT, 2004).

A crise contemporânea do trabalho e do emprego que tem marcado o sistema socioeconômico ocidental durante o século XX até o início do século XXI, se encontra diretamente atrelada à ampliação máxima das forças produtivas inerentes aos modelos fundamentados no fordismo e no keynesianismo, na fragilidade das forças reguladoras do Estado e na expansão em níveis mundiais das forças produtivas, distributivas e de acumulação (BARBOSA, 2007). A soma destes fatores ultrapassou os mecanismos de controle exercidos pelo sistema e, em favor de novos modelos produtivos e de valorização do capital, os índices de desemprego se ampliaram sobremaneira, provocando mudanças nas relações de trabalho e

nos sistemas de produção, resultando na flexibilização do trabalho e do trabalhador, na precarização das condições de trabalho e nos índices crescentes de desemprego em escala mundial.

Deste modo, as estruturas que fundamentam o mundo do trabalho passaram a ser ordenadas globalmente pelas oscilações do capital no último quartel do século XX, sofrendo rearranjos em suas bases para dar lugar a novos modos de produção e controle (FARIA, 2011). A reestruturação dos arranjos produtivos alterou as condições organizacionais e a gestão do trabalho e fragilizou a condição do trabalhador, mas convém ressaltar que também se mostrou com uma vantajosa alternativa, uma vez que atuou no fortalecimento do modo de acumulação e de concentração de capital.

A partir da década de 1980, estas mudanças se refletiram com mais força no quadro econômico brasileiro – com a desaceleração do nacional-desenvolvimentismo, em vigor desde 1930 –, que provocou a descontinuação do desenvolvimento econômico e a consequente desestruturação do mercado de trabalho. Na década de 1990, acompanhando a vaga neoliberal que direcionava a economia ocidental, foram implantadas no Brasil diversas reformas políticas tendo em vista a reconfiguração da macroeconomia, com forte ênfase na abertura comercial, na desindustrialização, na ampliação do processo de privatização e na redução paulatina e continuada dos investimentos sociais (BOITO Jr, 1999).

O último decênio do século XX é considerado um importante período para a análise da crise conjuntural, que resultou nas profundas alterações ocorridas nas relações de trabalho e emprego, visto que os modelos laborais aludidos como inovadores (como por exemplo: o trabalho autônomo, em tempo parcial, com contratos provisórios, etc.), tomaram o lugar do contrato de trabalho-padrão³⁶ na esfera produtiva. Todavia frente às regulações existentes, estas novas modalidades favoreceram uma avultosa desordem do trabalho (MATTOSO, 1995), pois estas modificações resultaram em uma precarização das relações e dos processos de produção e suas decorrências foram a ampliação do desemprego e a escassez dos empregos estáveis, provocando a redução dos ganhos, dos direitos e da segurança do trabalhador e consequentemente, a ampliação das inseguranças sociais.

³⁶ Galeazzi (2007, p. 84) define de modo sintetizado o “paradigma do contrato de trabalho-padrão ou emprego típico [...] como o trabalho que é realizado para um único empregador, geralmente por período indefinido, acordado através de contrato de trabalho entre o empregador e o empregado, exercido em local definido pelo primeiro, com tarefas definidas e exercidas de modo contínuo, com regime de jornada integral e plenamente amparado pela legislação vigente que rege o trabalho subordinado”.

A convergência destes fatores, congregados à desregulamentação dos contratos de trabalho, à destituição dos direitos sociais, ao atrofamento estatal e à ampliação sem precedentes do desemprego desencadearam grandes índices de pobreza e de miséria, que por sua vez estimularam a busca por formas diferenciadas de produção e reinserção no mercado, a fim de encontrar soluções para a escassez de trabalho e renda (PEREIRA, 2011).

Neste ínterim, como resultante dos empreendimentos coletivistas baseados na autogestão advindos da sociedade civil e do estímulo do Estado para o desenvolvimento do autoemprego e da organização autônoma do trabalho, adveio a instauração de inúmeras organizações associativistas, que posteriormente se estabeleceram sob as premissas conceituais da economia solidária (PEREIRA, 2011). É importante salientar as ações de descentralização da proteção social tomadas pelo Estado Brasileiro na segunda metade da década 1990 que, associadas aos demais fatores supracitados, deslocam as urgências públicas para setores privados com fins lucrativos e não lucrativos, marcando a minimização da atuação estatal e a predominância do livre mercado (BARBOSA, 2007).

A partir deste momento se consolidam as atuações das organizações baseadas no voluntarismo, na filantropia, na caridade e na cooperação mútua que incidem para o atendimento das necessidades sociais, a partir de um sistema de parcerias com o próprio Estado, que tem sido denominado de refilantropização da questão social (PEREIRA, 2011). Este contexto é determinado pelo esvaziamento dos direitos sociais e pela desresponsabilização do Estado, ao mesmo tempo em que ocorre uma transferência de responsabilidades aos setores privados e à sociedade civil – mascarada por um discurso de solidariedade e ética contra a miséria –, que tenta difundir a mensagem de que é possível encontrar soluções para as questões socioeconômicas estruturais, tendo como ponto de partida a organização e a mobilização social.

Reconhecer estas contradições permite um avanço nas reflexões e no dimensionamento real das ações efetivadas pelo Estado e pela sociedade civil em prol da economia solidária, pois é inegável a validade de algumas iniciativas que se mostram capazes de promover a geração de renda e a melhoria do bem-estar humano em alguns nichos sociais. Não obstante, é preciso considerar as tensões em busca da promoção de autonomia econômica dos setores de baixa capitalização, que cercam a postura emancipatória dos empreendimentos denominados de solidários, visto que não há uma oposição clara às políticas sociais destituídas de direitos e institucionalizadas pelo Estado, o que legitima uma reestruturação conservadora e assinalada pelo continuísmo das excessivas desigualdades sociais.

Compondo este cenário de transformações econômicas, se destacam desde a década de 1980 diversas instituições amparadas pela sociedade civil que se fundamentam nos princípios solidários, a fim de gerar trabalho e renda para as classes menos favorecidas, alcançando relevância no panorama nacional. Na década de 1990, a geração de políticas públicas orientadas para o empreendedorismo e a oferta de crédito contribuiu – embora de modo fragmentado –, como resposta para a economia informal.

Nesta conjuntura originaram-se as mais diferentes categorias organizacionais paritárias à economia solidária ou que passaram a ser institucionalizadas e legitimadas como parte do conjunto de ideias e práticas solidárias. No tópico a seguir será apresentada uma síntese sobre as experiências concretas das instituições reconhecidas como as principais responsáveis por constituir as esferas da economia solidária no Brasil.

2.2. A economia solidária como um campo de ideias e de práticas

O presente trabalho compreende e perpassa as análises sobre economia solidária como *outra economia* ou como *alternativa social*, bem como os discursos de denúncia dos modelos de *exploração capitalista* para a construção de um *novo modo de produção*, entretanto estas ideias não se constituem como foco de análise principal deste trabalho. O recorte do tema proposto por este artigo busca compreender e relatar as práticas tangíveis das instituições relacionadas à economia solidária, tendo em vista as ações positivas e os resultados assertivos obtidos nas práticas associativistas, em prol do meio ambiente e da sociedade.

A prática econômica fundamentada no solidarismo nasceu fundamentada em uma crítica ao cooperativismo agroindustrial, que predominou no Brasil até meados do século XX. Seus ideais se alicerçavam nos princípios da autonomia e nos embates em prol da redemocratização do país. Os principais sujeitos fomentadores destas práticas atuavam de modo geral, na reestruturação dos processos democráticos do país, representados coletivamente por instituições ou organizações como sindicatos, igrejas, universidades, organizações não governamentais e partidos de esquerda (BARBOSA, 2007).

A Cáritas Brasileira é um dos agentes sociais que se destaca na promoção da economia popular, seguindo sua diretriz geral de ação que se fundamenta na construção do Desenvolvimento Solidário Sustentável e Territorial, na perspectiva de um projeto popular de sociedade democrática (CÁRITAS, 2012). É uma instituição da Igreja Católica fundada em 1956 e apoiada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e grupos católicos. Atualmente é considerada como uma entidade de Utilidade Pública Federal (UPF), o que

possibilita o estabelecimento de convênios com órgãos governamentais. Esta instituição faz parte da rede Cáritas Internacional presente em mais de duzentos países, nos quais atua em parceria com instituições nacionais e internacionais em favor da defesa dos direitos humanos, fundamentada em suas asserções ecumênicas.

As ações da Cáritas Brasileira inicialmente eram alicerçadas no assistencialismo e na inclusão social, entretanto a partir da década de 1970 suas atividades foram reorientadas para a promoção do ser humano a partir da educação de base. Na década de 1980, são iniciados os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que de modo pioneiro passam a apoiar iniciativas populares, especialmente orientadas para a geração de trabalho e renda, recebendo apoio de Organizações Não Governamentais (ONGs) e universidades no acompanhamento e assistência a estas ações.

Com as mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas no último decênio do século XX no Brasil, a Cáritas inicia profundas reflexões nos conceitos basilares que compõem suas práticas sociais. Mesmo com a verificação dos resultados restritos que haviam sido obtidos no campo econômico até aquele momento é iniciada uma revisão dos principais fundamentos da instituição e deste modo, os PACs iniciam a superação das ideias de assistencialismo e seguem em direção a um novo objetivo, que consiste em fornecer subsídios para a construção da mobilização e da ideação política (BERTUCCI e SILVA, 2003).

Com esta mudança, os Projetos Alternativos Comunitários ganharam novos horizontes e passaram a compor as Linhas de Ação da Cáritas para o quadriênio 2000 a 2003. Neste momento, os PACs se tornam parte constituinte das ações da Economia Popular Solidária (EPS) que já se encontrava em movimento no Brasil (BERTUCCI e SILVA, 2003). Com a inserção do vocábulo “popular” na expressão Economia Popular Solidária, a Cáritas enfatiza seu foco de atuação, que tem como meta os excluídos e as classes de baixa renda, se diferenciando das demais economias solidárias, que nem sempre possuem todas as suas ações voltadas a esta categoria da população.

Desde sua fundação, a entidade já apoiou aproximadamente cem mil trabalhadores, configurando cerca de dois mil grupos de trabalho focados no desenvolvimento de soluções para a produção, a comercialização e o consumo, fundamentados na construção de relações solidárias, a fim de orientar os sujeitos para a conquista de seus direitos sociais e propiciar melhorias em suas condições de vida.

Nos relatos teóricos analisados verificou-se que os empreendimentos associativistas do campo e a união dos trabalhadores para a recuperação de empresas falidas também são igualmente reconhecidos como ações fundamentais na constituição da teoria e da

prática da economia solidária no Brasil. Mesmo considerando as diferenças de seus processos internos, estas organizações buscam atuar sob a égide da autogestão, da democracia e da igualdade de direitos, almejando fortemente a mudança da estrutura social, a distribuição igualitária de terra e dos meios de produção, características que posteriormente vão fundamentar os princípios da economia solidária.

A posse e recuperação da massa falida de empresas por operários – tendo em vista a manutenção de postos de trabalho –, a partir da organização de cooperativas de produção fundamentadas na autogestão, surgem como uma tentativa de superação da crise estrutural do emprego que, na década de 1990 assolava o Brasil (CARVALHO, 2012). Embora em 1980 tenha havido iniciativas semelhantes, somente em 1994 com a criação da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) foi efetivamente disseminada a proposta de enfrentamento da crise, a partir da autogestão de empresas falidas. Atualmente, a ANTEAG se constitui como uma entidade representativa da economia solidária no Brasil e atua em conjunto com o governo no desenvolvimento de empreendimentos cooperativos, tendo em vista apoiar a autonomia e a formação de trabalhadores e contribuir para a geração de renda e ocupação.

Outro representante dos princípios solidários é a organização que compõe o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), congregado inicialmente sob a bandeira de luta pela reforma agrária. Este movimento tem como marco de sua construção o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado em Cascavel (PR) em 1984. Desde então o MST se caracteriza como elemento propulsor dos princípios solidários, coadunando lutas políticas e ações orientadas para a inclusão social. Atualmente, “o MST assume a ligação entre as experiências de autogestão, o ideário sociopolítico e a economia solidária, entretanto, devido às tensões e divergências entre estas ideias, o mesmo não toma a economia solidária como emblema” (LECHAT, op. cit. apud PEREIRA, p.40).

Com as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho e com o consequente aumento da massa de desempregados no Brasil no final do século XX, o sindicalismo transfere suas ações mais reivindicatórias de oposição ao poder público e ao empresariado para atuar em favor de soluções mais tangíveis. Assim, passa a colaborar com ações no âmbito da economia solidária, que ampliam as possibilidades de trabalho e emprego, pois a identifica como um meio de resgate dos indivíduos das margens do sistema.

Esta nova abordagem trouxe à baila a discussão sobre o desenvolvimento de projetos cooperativistas no próprio sindicato, tendo em vista a qualificação de trabalhadores em estado de insegurança empregatícia. Partindo desta finalidade foi criado o projeto Integrar

em 1996, pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT) e Paul Singer³⁷ foi convidado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) para analisar o projeto, propondo então que fosse implantada uma incubadora para apoiar e viabilizar estes tipos de organização (PEREIRA, 2011).

Estas discussões marcam o início da associação do sindicalismo com a economia solidária que se consolida em 1999, com a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT) em parceria com a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), com a Organização Intereclesiástica de Cooperação e Desenvolvimento (ICCO), entre outras instituições. Desde o seu surgimento a ADS/CUT passou a seguir o propósito de gerar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável (ADS/CUT, 2013).

Destas vertentes de atuação derivou o desenvolvimento da Cooperativa Central e Economia Solidária (ECOSOL), que a partir de sua constituição em 2002 apresenta como meta integrar regionalmente as instituições financeiras de base solidária a fim de promover o desenvolvimento local. Devido à grande quantidade de cooperativas de crédito com enfoque solidário, em 2004 foi criada a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL), tendo em vista congregar o segmento cooperativo brasileiro atuante no âmbito das finanças solidárias (ANCOSOL, 2012). A Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil), criada no ano 2000, também se originou a partir das proposições da ADS/CUT e se estabeleceu como uma instituição representante das cooperativas brasileiras fundamentadas na autogestão e na economia solidária (UNISOL Brasil, 2012).

Estas iniciativas constituídas por sujeitos coletivos juntamente com as políticas públicas iniciadas pelo governo no final do século XX marcam pela primeira vez a busca de soluções para a minimização do desemprego, por caminhos não necessariamente vinculados ao trabalho assalariado (BARBOSA, 2007).

Na década de 1990, as ações governamentais atuavam regionalmente e de modo paliativo a fim de conter o alastramento da desocupação e da pobreza nos espaços urbanos.

³⁷ “Paul Singer é um dos autores mais importantes e presentes no movimento da Economia solidária no Brasil. Atualmente é o coordenador da Secretaria Nacional de Economia solidária no Brasil, secretaria esta, fruto da demanda de articulações de vários grupos e órgãos de fomento da ES junto aos Fóruns Sociais Mundiais de 2000 a 2002” (CORNELIAN, 2006. p.7).

Esta atuação pouco articulada se restringia às esferas locais e não propiciava modificações estruturais na conjuntura social no longo prazo (PEREIRA, 2011). Mesmo que a década de 1980 tenha sido marcada pela atuação de diversas instituições em prol da melhoria social de base solidária, o espaço de debates e mediação de interesses, articulado e organizado nacionalmente teve seu início durante as atividades referentes ao tema da economia solidária, realizadas no 1º Fórum Social Mundial (FSM), que ocorreu em janeiro de 2001 na cidade de Porto Alegre (RS).

O 1º FSM foi o ponto culminante da crescente legitimação da esfera pública sobre a importância da redistribuição econômica, da luta por reconhecimento e inclusão de grupos discriminados e da redução da pobreza em várias regiões do território nacional. “Estas iniciativas tomavam forma desde a primeira metade da década de 1990 com a organização dos assentamentos agrários, com a incubação de cooperativas populares pelos programas de extensão das universidades, com a recuperação das empresas falidas e dos projetos comunitários desenvolvidos pela Cáritas”, (SINGER, 2009, p.43). Desde então, houve uma profunda e substancial alteração no corpo teórico que fundamentava a economia solidária e, deste modo, no início do século XX se principia a construção de um novo modo de reconhecimento das teorias e das práticas que compõem este campo (VIEIRA, 2006).

A reconstrução teórica e a revisão das práticas sociais teve maior ênfase durante o desenvolvimento das atividades da economia solidária no 2º e no 3º Fórum Social Mundial, quando se estabeleceu um Grupo de Trabalho (GT) Brasileiro de Economia Solidária, que congregava variadas instituições nacionais e internacionais vinculadas ao tema. No final do ano de 2002, com a perspectiva de eleição do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) para cargo de Presidente da República, foi realizada uma reunião nacional em que se deliberou pela elaboração de uma carta intitulada de “Economia solidária como estratégia política de desenvolvimento” – a ser enviada ao Presidente eleito –, em que se propunha o desenvolvimento de ações orientadas para a consolidação de políticas públicas e a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE, 2013).

Na 1ª Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em dezembro de 2002, teve início a discussão para a delimitação da identidade coletiva do movimento, sua plataforma de lutas e sua organização política, que se fundamentavam na criação de um fórum nacional de economia solidária (MTE, 2013, PEREIRA, 2011). Durante a 2ª Plenária Nacional que ocorreu no âmbito do 3º FSM em janeiro de 2003, estes debates foram aprofundados e decidiu-se pela criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), tendo como finalidade promover a representação política e apresentar as demandas do

movimento frente ao poder público e às instituições nacionais e internacionais e também elaborar os princípios e propostas de desenvolvimento e atuação da economia solidária (FBES, 2012; MTE, 2013).

Em julho de 2003 foi realizada a 3ª Plenária Nacional, ocasião em que se institucionalizou o FBES e foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) como parte do Ministério do Trabalho e Emprego, pelo então presidente José Inácio Lula da Silva, que anunciou como presidente da SENAES o professor Paul Israel Singer (MTE, 2013).

Desde sua criação, a SENAES tem promovido ações para disseminar e estimular o desenvolvimento da ES como, por exemplo, um mapeamento nacional dos empreendimentos solidários, curso de formação para capacitadores em economia solidária e a organização de encontros regionais e nacionais. Como estratégia de ação, a SENAES também provê apoio político e material ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária, o qual é integrado pelos Empreendimentos da Economia Solidária, os Gestores Públicos e as Entidades de Assessoria e de Fomento, sendo que estes segmentos constituem o campo da economia solidária (FBES, 2012).

Como o cooperativismo e o associativismo compreendem a característica basilar das teorias e das práticas da economia solidária no Brasil, a criação da SENAES trouxe para o interior do Ministério do Trabalho e Emprego outras categorias de trabalho não assalariado que até então não entravam na pauta das discussões, como “o trabalho autônomo, individual e familiar e o trabalho associado formal (em cooperativas) e informal (em associações ou grupos de produção)” (Singer, S/D).

A partir da institucionalização da economia solidária como política Federal houve maior ênfase no desenvolvimento e consolidação de estudos que a mapeassem e qualificassem a ES enquanto projeto político, reconhecendo suas limitações nas esferas da prática. Os importantes mapeamentos realizados prostraram a ideia de que a economia solidária se constituía em um campo sólido e unificado, pelo contrário, expuseram as experiências fragmentadas e isoladas que operavam como tentativas para solucionar problemas de exclusão social de cunho sociopolítico (VIEIRA, 2005).

Este sucinto mapeamento das principais ações governamentais e não governamentais fornece um panorama diversificado e controverso das práticas no campo da economia solidária em território brasileiro. Como política pública esta categoria econômica segue as recentes tendências de programas de geração de emprego e renda, ao mesmo tempo em que atua na reestruturação produtiva e também como um paliativo na desregulamentação

do campo da proteção social (BARBOSA, 2007). Portanto, há diversas fragilidades que permeiam as práticas e as teorias da economia solidária, pois em algumas instâncias propiciam um alargamento do espaço econômico das periferias sociais e em outras instâncias fomentam a cultura do autoemprego.

2.3. Preceitos da economia solidária de acordo com a Secretaria Nacional de Economia Solidária

O campo da economia solidária no Brasil passou a ser reconhecido como um fenômeno socioeconômico, que parte dos preceitos da solidariedade para fundamentar as ações econômicas desenvolvidas sob suas linhas diretivas. As teorias e as práticas que arregimentam o campo avançam sob um amplo universo de fundamentações que se baseiam em características comuns, como a autogestão, a cooperação e o associativismo e seus princípios.

Segundo o MTE/SENAES (2013) este conjunto de atividades econômicas se caracteriza por seu modo organizacional diferenciado, fundamentado em modelos de cooperação e associativismo, clubes de troca, autogestão, redes, entre outros modos mais horizontalizados de desenvolvimento. Este delineamento se materializa nos modelos econômicos de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito desenvolvidos sob princípios solidários como um modo de combate ao desemprego e a exclusão social.

Estes princípios solidários se caracterizariam principalmente em ações de amparo ao setor, a partir de preceitos que garantam a compra e venda dos produtos e serviços entre os empreendedores; propiciem uma produção diversificada de produtos e serviços; a livre concorrência entre empresas solidárias tendo em vista a redução dos custos e a ampliação da qualidade; o desenvolvimento de uma moeda própria e apoio do Estado no fornecimento de crédito, treinamento, assistência tecnológica e políticas de fomento (Castro, 2009).

Partindo destas ideias o MTE/SENAES (2013) atribui as seguintes características à economia solidária:

i) Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

ii) Autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

iii) Dimensão Econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

iv) Solidariedade: o caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. (MTE/SENAES, 2013)³⁸

Partindo destas características, o MTE/SENAES (2013) defende um modelo cooperativista de adesão livre e voluntária; posse coletiva dos meios de produção; gestão democrática da organização e a repartição da receita líquida entre os cooperados a partir de critérios definidos coletivamente. Este modelo conceitual da ES também aponta para um desenvolvimento econômico sustentado e sustentável, que propicia geração de trabalho e distribuição de renda.

Para o MTE/SENAES (2013) os resultados obtidos nestes empreendimentos, sejam eles de categoria econômica, social, política ou cultural necessitam de compartilhamento igualitário entre os participantes, sem qualquer distinção de gênero, idade ou raça. Estas características propiciariam um empoderamento do indivíduo e uma nova

³⁸ MTE – Ministério do Trabalho e Emprego/ SENAES – Secretaria Nacional de Economia solidária. O que é Economia solidária? < <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>> Acesso em setembro de 2013.

consciência social e ambiental promovendo, conseqüentemente uma oposição à exploração do trabalho, dos recursos naturais e do ser humano enquanto sujeito da atividade econômica.

Estes preceitos da economia solidária foram incorporados pelo MTE/SENAES para qualificar os empreendimentos e disseminar as ações fundamentadas no solidarismo, deste modo fazem parte dos discursos oficiais tanto do Estado quanto dos empreendimentos desenvolvidos sob sua tutela teórico-prática. Deste modo, os fundamentos da economia solidária são abordados neste tópico de acordo com sua compreensão formal, disseminada pelas instituições de fomento.

Estes princípios são disseminados entre as cooperativas e associações produtivas com a finalidade de propiciar benefícios em sua formação, assessoria e assistência, tendo em vista promover sua autossuficiência e sustentabilidade. Compreende-se, entretanto, a existência de controvérsias, imprecisões e fragilidades nas teorizações e práticas que envolvem a definição dos princípios solidários, entretanto estas discussões não cabem no escopo deste trabalho. Este fato se deve à variegada composição conceitual, pois as discussões em torno do campo ainda não resultaram em uma consonância empírica e analítica e, deste modo, as teorizações acerca da economia solidária ainda são compostas por defesas acirradas e críticas contundentes.

3. Preceitos de design para a promoção de melhorias ambientais, sociais e econômicas

Tendo em vista os desafios no campo do design para a promoção de melhorias efetivas para os indivíduos e para o ambiente, já são identificadas importantes iniciativas para a reformulação das práticas de projeto orientadas para a articulação entre as atividades projetuais do design e a preservação social, ambiental e econômica em seus diversos desdobramentos.

Estas abordagens envolvem um alargamento do modo de desenvolvimento do projeto, transferindo a atuação pontual do design, em etapas específicas do desenvolvimento dos produtos, serviços e processos, para uma atuação mais ampla e participativa. Krucken (2009) defende que as necessidades de soluções cada vez mais abrangentes necessitam ser abordadas sob uma perspectiva sistêmica de design, que considere todo o contexto de projeto, bem como as particularidades e interações entre os atores sociais.

Para a articulação entre as atividades projetuais do design e a preservação social ambiental e econômica em seus diversos desdobramentos, Manzini e Vezzoli (2002) fazem referência a quatro níveis fundamentais de interferência no projeto: i) melhoria ambiental dos fluxos de processos e operações; ii) redesign ambiental de produtos existentes; iii) design de

novos produtos/serviços intrinsecamente sustentáveis e; iv) sistemas produto-serviço e a implementação de estilos de vida orientados ao consumo suficiente.

Estes níveis de interferência do projeto podem englobar as diferentes esferas da sustentabilidade, incluindo seus aspectos econômicos, sociais e ambientais. Embora a maioria das pesquisas no Brasil e o reconhecimento popular, comumente priorizem os requisitos ambientais, diversos desdobramentos em pesquisas em nível mundial já buscam compreender e propor soluções para os aspectos sociais (UNEP, 2009; VEZZOLI, 2007) e econômicos (ZANCHETTI, 2004; UNEP, 2009) da sustentabilidade.

Estas soluções em design partem de um arranjo diferenciado de projeto orientado para uma atuação mais sistêmica e estratégica, buscando articular e projetar a totalidade da cadeia de valor envolvida nas diversas etapas de desenvolvimento de produtos e serviços. Estes processos de criação coletiva são definidos por Sanders e Stappers (2008) como cocriação, que se caracteriza como uma ação criativa e coletiva compartilhada por um determinado número de pessoas que, de modo abrangente pode comportar qualquer categoria criativa, tangível ou intangível em qualquer área do conhecimento.

Deste modo, para que o design seja utilizado como uma estratégia no âmbito da economia solidária torna-se necessário ampliar a abordagem de desenvolvimento do projeto, transferindo a atuação pontual do design, em etapas específicas do desenvolvimento dos produtos e serviços, para uma atuação mais ampla e participativa. Nesta categoria de projeto se inserem os valores, as práticas e os saberes locais de modo consoante com a proposição de Bonsiepe, que considera a autonomia como linha mestra do projeto de design, quer este seja direcionado às pessoas, organizações ou a níveis econômicos mais amplos (BONSIEPE, 1998).

No campo do design a busca por soluções que atendam os aspectos econômicos e sociais, além dos aspectos ambientais, tem despertado cada vez mais interesse no campo da pesquisa e da prática, entretanto mesmo apresentando grandes avanços, estes processos de projeto ainda assumem características predominantemente verticalizadas com foco prioritário nas melhorias ambientais do produto.

Para uma melhor compreensão das possibilidades de atuação do design no tripé econômico, ambiental e social da sustentabilidade, o presente artigo apresenta a seguir uma visão geral das estratégias em design orientadas para cada uma destas dimensões. Para a fundamentação destas ideias foram utilizadas as investigações de Manzini e Vezzoli (2007), UNEP (2009) e Silva et al (2009).

3.1. Estratégias para a sustentabilidade ambiental no Life Cycle Design (LCD)

A dimensão ambiental do projeto em design busca a melhoria ambiental de fluxos de processos e operações ao longo da cadeia produtiva. Estas estratégias incluem a redução do uso de materiais e de fontes energéticas, a redução de *inputs* e *outputs* no meio ambiente durante o processo produtivo e o desenvolvimento de produtos mais seguros e com menor impacto ambiental.

Esta categoria de projeto teve início a partir da popularização das certificações ambientais (denominadas de tecnologias de fim de linha ou *end-of-pipe*), disseminadas a partir das décadas de 1960 e 1970, como solução imediata para atender os requisitos ambientais mais restritivos. O ponto central desta abordagem está na escolha de recursos de menor impacto ambiental, envolvendo tanto materiais quanto fontes energéticas requeridas para a produção de um determinado bem.

As estratégias em design orientadas para a melhoria ambiental podem orientar ações para a reelaboração das técnicas e operações, no decorrer do processo produtivo e durante o desenvolvimento do produto, desde a extração da matéria-prima até o seu descarte. A principal finalidade destas estratégias consiste em utilizar os recursos de modo mais eficiente, buscando prevenir a degradação ambiental, o desperdício e a geração de resíduos.

Estas estratégias incluem ações durante todo o *Life Cycle Design*, abrangendo o processo de projeto, produção, utilização e fim de vida. De modo geral esta categoria de projeto é a mais disseminada atualmente e no âmbito do produto abrange duas categorias de atuação: i) O redesign: consiste no processo de melhoramento de um produto existente e; ii) O ecodesign: apresenta a estratégia de desenvolver novos produtos com objetivo de gerar um menor impacto ambiental, durante parte ou em todo o seu ciclo de vida (ROY, 1994)

A Figura 1 apresenta as estratégias ambientais que podem ser utilizadas durante todas as etapas do LCD orientando as fases de pré-produção, produção, distribuição, utilização e descarte, de modo a ampliar a eficiência dos recursos e reduzir o dano ao meio ambiente.

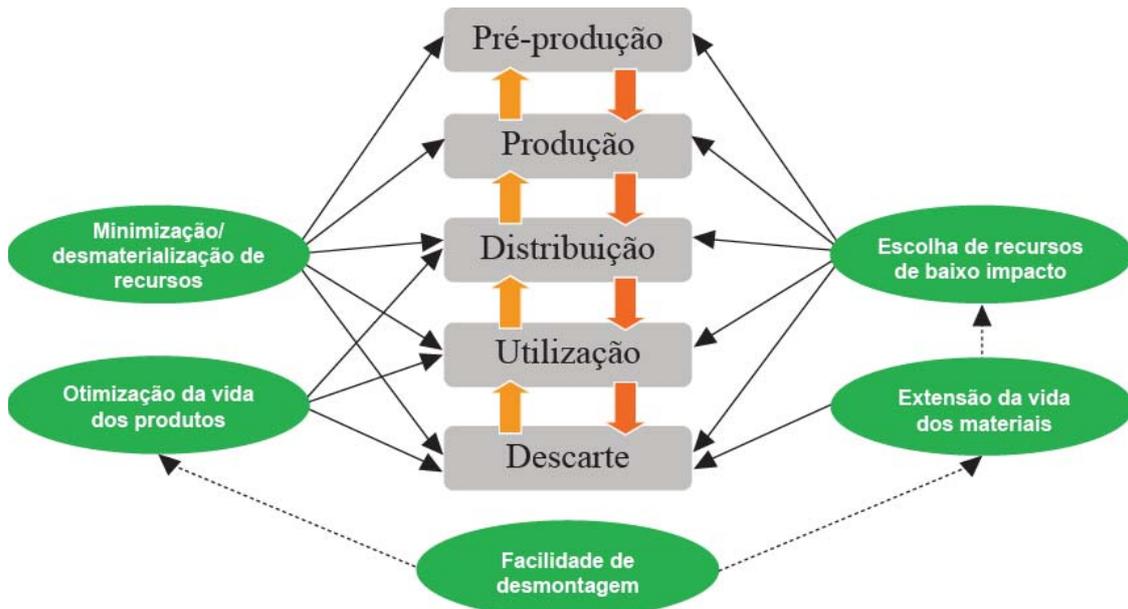


Figura 1 – Estratégias da sustentabilidade ambiental aplicadas ao *Life Cycle Design*
 Fonte: Silva et al (2009)

Estas estratégias de projeto podem assumir diferentes níveis de desempenho sobre os requisitos da sustentabilidade ambiental, podendo variar desde a redução de materiais, reutilização e biocompatibilidade até a minimização dos impactos ambientais decorrentes da avaliação e interferência em todas as fases do ciclo de vida do produto. Neste contexto não ocorre uma alteração profunda no estilo de vida e de consumo dos usuários, mas o design passa a influenciar as escolhas do consumidor, iniciando um direcionamento para a sustentabilidade, conforme defendem Manzini e Vezzoli (2002).

Observa-se que esta dimensão da sustentabilidade, com enfoque ambiental, já se encontram em um bom nível de consolidação no que tange à realização de pesquisas sobre o tema. Por outro lado, ainda apresenta um discreto nível de disseminação no plano prático, visto que são necessários esforços mais contundentes em todos os estratos sociais e institucionais, a fim de sensibilizar, construir capacidades e implantar mudanças profundas nos estilos de vida atuais.

3.2. Estratégias para a sustentabilidade social no Life Cycle Design (LCD)

O debate sobre as potencialidades e responsabilidades do design direcionadas à melhoria das condições humanas ainda é bastante recente. Dentro destes parâmetros, cada vez mais se percebe a inserção dos aspectos socioculturais nas atividades de design, os quais apresentam a aspiração de descentralizar os processos de projeto a partir da construção de práticas em design mais críticas e conscientes de seu papel representador da *práxis* social.

Na dimensão social, o design se desenvolve a partir do olhar dos sujeitos, e o processo de projeto é definido pelas necessidades, pelos valores individuais e também coletivos, que envolvem uma esfera mais ampla do desenvolvimento de produtos e serviços, a partir de interferências culturais, sociopolíticas e econômicas que existem nos contextos sociais.

Neste sentido, o processo de projeto necessita atuar no desenvolvimento e implantação de estilos de vida economicamente viáveis, socialmente aceitáveis e culturalmente atrativos (MANZINI; VEZZOLI, 2002). Quando ocorrem interferências nos cenários sociais, as mudanças propostas apresentam aspectos mais radicais e duradouros, tendo maiores chances de sucesso e aceitabilidade. Estas mudanças podem ser efetivadas desde que, os processos estejam centrados em arranjos projetuais mais participativos e horizontalizados, enfatizando a participação de todos os atores sociais no processo de projeto.

De acordo com os dados expostos é importante salientar que, embora o sistema produtivo já consiga vislumbrar os novos direcionamentos focados em soluções sistêmicas baseadas na dimensão social, estes ainda possuem lacunas metodológicas e conceituais, pois se apresentam como uma concepção relativamente nova no âmbito da pesquisa e da prática (SILVA, 2010). Manzini (2009) afirma que para ampliar a disseminação deste campo de atuação torna-se necessário construir uma visão compartilhada entre as diferentes áreas do conhecimento envolvidas no desenvolvimento de produtos/serviços/sistemas. O autor defende que as lacunas se encontram na comunicação e nas competências estratégicas necessárias para reconhecer, reforçar e transmitir adequadamente as ideias e soluções geradas em nível social e transformá-las em propostas bem sucedidas.

Para inserir as estratégias sociais no *Life Cycle Design*, torna-se necessário analisar os impactos sociais e suas implicações em todo o LCD, a partir de uma visão geral das interferências provocadas em todos os grupos de atores envolvidos no desenvolvimento do produto, do serviço ou do sistema. Deste modo, os atores participantes necessitam ser reunidos em grupos – como, por exemplo: colaboradores, comunidade local, sociedade – nacional e global, consumidores, entre outros – para que sejam efetuadas análise e avaliação dos principais impactos que podem ocorrer no âmbito social (por exemplo: direitos humanos, condições de trabalho, saúde e segurança, heranças culturais, etc.) (UNEP, 2009).

A fim de ampliar a atuação do design para além do foco do produto, as proposições estratégicas aplicadas às esferas sociais necessitam ainda, de maior ênfase e desenvolvimento contínuo, pois se apresentam como uma nova categoria de projeto, desenvolvido a partir de um pensamento sistêmico que envolve todos os atores participantes

do *Life Cycle Design*. A implantação efetiva de melhorias sociais no LCD necessita superar diversos obstáculos, pois a proposição de cenários sociais inovadores ainda é tratada com precaução pelo sistema produtivo, pela sociedade e pela comunidade de designers.

Na figura 2 a seguir, é possível visualizar a inserções das estratégias da sustentabilidade social aplicadas ao *Life Cycle Design*, entretanto como esta dimensão da sustentabilidade ainda se encontra em fase inicial de desenvolvimento no que se refere à pesquisa e à prática, torna-se necessário desenvolver ferramentas metodológicas e conceituais para a inserção da dimensão social no processo de desenvolvimento e gestão da vida dos produtos, serviços e sistemas.

Os princípios da sustentabilidade social inclusos no LCD estão de acordo com as diretrizes definidas pela UNEP (2009), que apresenta como premissas sociais a inclusão e promoção da economia local, a promoção da equidade entre os *stakeholders*, a transparência, a educação para a sustentabilidade, melhores condições de trabalho e emprego, a promoção da coesão social e a integração dos fracos e marginalizados.

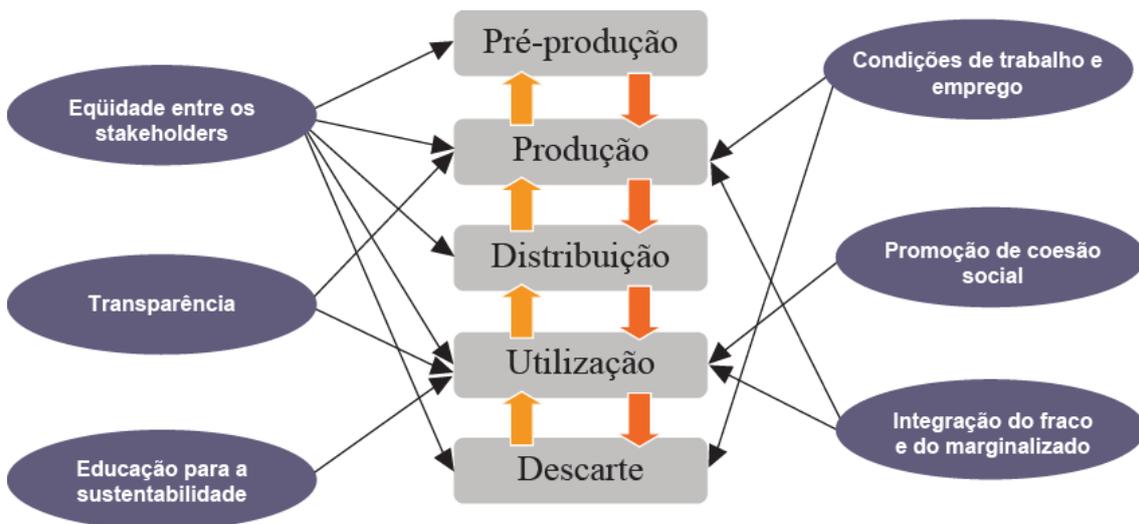


Figura 2 – Estratégias da sustentabilidade social aplicadas ao *Life Cycle Design*
 Fonte: Silva et al (2009)

Observa-se que, a inclusão da dimensão social no desenvolvimento de produtos/serviços nas empresas ou instituições esbarra em dificuldades como, por exemplo, a falta de profissionais com experiência e conhecimento no desenvolvimento de sistemas que incluam os atores sociais. Por outro lado, as empresas ou instituições que integram estas estratégias, se diferenciam no mercado, pois desenvolvem novas oportunidades de inovação e

de atuação, relações mais estáveis entre os atores envolvidos e melhores respostas para as necessidades dos consumidores.

Sob a ótica social, a investigação do *Life Cycle Design* necessita ser orientada para a compreensão dos impactos sociais em todas as etapas de desenvolvimento do produto, serviço ou sistema. Sob estes aspectos, as estratégias da sustentabilidade social oferecem uma variedade de possibilidades de inovação social, que podem variar de acordo com a etapa do processo e dos atores envolvidos.

3.3. Estratégias para a sustentabilidade econômica no Life Cycle Design (LCD)

A filosofia econômica em sua forma convencional encontra-se atrelada à ampliação da competitividade e lucratividade, entretanto a busca por uma economia institucional ou empresarial fundamentada nos preceitos da sustentabilidade pode ser compreendida como um código de ética e responsabilidade, em que as proposições de projeto são formuladas a partir de decisões que respeitam a resiliência ambiental e promovam a melhoria das condições da vida humana.

Os conceitos mais atuais da dimensão econômica da sustentabilidade se relacionam com os processos de produção, distribuição e consumo do produto de modo qualitativo e quantitativo, ou seja, modos e processos que abrangem o modo como o produto é gerado, congregando também a análise da ciência e da tecnologia e sua relação com a natureza (ZANCHETTI, 2004). Esta dimensão considera as alternativas de custos, ponderando não somente os aspectos financeiros, mas também os demais ganhos, como por exemplo: sociais, culturais, tecnológicos e ambientais, em curto, médio e longo prazo. O enfoque principal consiste em alcançar a prosperidade para todos, com o mínimo custo e conseguir isso dentro de uma perspectiva ecológica e social sem transgredir os direitos fundamentais do ser humano (SACHS, 1993).

Em um projeto com enfoque no desenvolvimento de produtos, serviços e sistemas fundamentados na sustentabilidade econômica, esta dimensão engloba os custos econômicos e ambientais do processo, a viabilidade de aquisição e acesso da população e todas as resultantes sociais, culturais e ambientais relacionadas com o processo, que poderão suceder com o passar do tempo. Assim, os requisitos da sustentabilidade econômica necessitam ser considerados durante todo o processo de projeto, desta forma, o custo real em termos sustentáveis deve ser considerado em uma perspectiva do ciclo de vida do processo, incluindo as dimensões sociais e ambientais (FIDIC, 2013).

Os princípios da sustentabilidade econômica aplicados às etapas do *Life Cycle Design* têm como objetivo obter um produto ou serviço a um custo competitivo e real entre as empresas. Este objetivo ainda apresenta estreita interconexão com o conceito econômico convencional baseado na competitividade e lucratividade das organizações, no entanto sob a ótica da sustentabilidade, torna-se necessário incluir, além da perspectiva financeira, os aspectos: sociais, culturais, tecnológicos e ambientais.

Este panorama econômico igualitário e justo já é uma perspectiva vislumbrada pela economia solidária, visto que seus preceitos têm fomentado ações e movimentos sociais em favor da produção e da oferta de produtos e serviços fundamentados na equidade dos relacionamentos e parcerias produtivas e comerciais. Estes ideais solidários se encontram alinhados com as estratégias propostas nas teorias da sustentabilidade econômica, visto que a ES engloba a promoção da economia local, com a finalidade de prover emprego e renda e condições adequadas de trabalho, além de ofertar produtos a um preço justo e disseminar atitudes em prol da preservação do meio ambiente e da valorização da cultura das comunidades locais.

A partir da inserção de estratégias para a sustentabilidade econômica no *Life Cycle Design* torna-se possível congrega a lucratividade com o respeito ao meio ambiente e com a ampliação da qualidade da vida humana. Sob esta ótica, as empresas e instituições mais competitivas serão aquelas que ampliem o valor de seus produtos e serviços em harmonia com o meio social e natural, provendo resultados mais abrangentes do que os interesses de seus clientes e investidores, conforme sustenta Schmidheiny (1992). A Figura 3 apresenta alguns requisitos da sustentabilidade econômica que podem ser inseridos nas etapas do LCD.

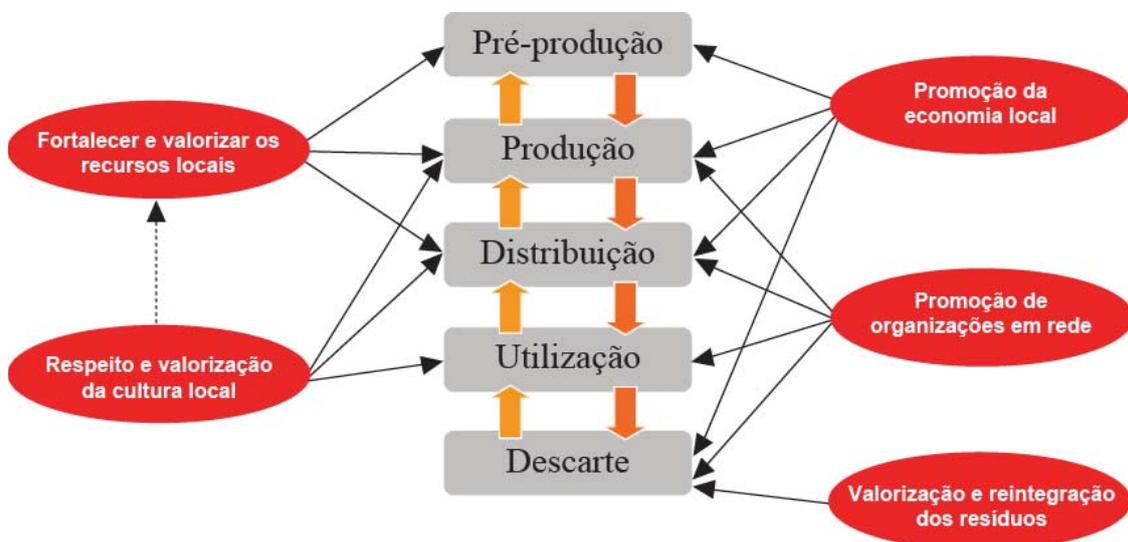


Figura 3 – Estratégias da sustentabilidade econômica aplicadas ao *Life Cycle Design*

Fonte: Silva et al (2009)

Com a inserção dos princípios da sustentabilidade no *Life Cycle Design* torna-se possível ampliar a desempenho das empresas e instituições, empregando a sustentabilidade, em todas as suas dimensões, como valor agregado aos produtos e serviços, com repercussões desde o design de seus produtos até a configuração de todo o sistema de produção e consumo.

4. A área do design de moda e as interconexões com a economia solidária

A cadeia produtiva têxtil é considerada um dos setores mais importantes da economia global. Pode-se afirmar que este setor gera muitos empregos, desde o plantio da matéria-prima, os processos de fiação, tecelagem, tinturaria, confecção, beneficiamento até a distribuição e a venda no varejo (BERLIM, 2012).

Este sistema tem como principal fonte geradora de lucros a produção de vestuário fomentada por números significativos de vendas e de vínculos empregatícios, que o movimentam. Deste modo, grandes indústrias da área têxtil buscam instalar centros produtivos em países periféricos, pois de modo geral, a principal finalidade desta ação consiste em obter a máxima lucratividade com o mínimo custo possível. Assim, a cadeia produtiva se torna tão complexa que, poucos consumidores ao comprar uma peça de roupa, têm conhecimento sobre a origem do produto e sobre o sistema de produção pelo qual este passou.

Neste sentido, o setor têxtil está intimamente interligado com atual crise socioambiental, pois provoca a escassez de matéria-prima não renovável, utiliza componentes tóxicos em diversas etapas produtivas e gera uma grande quantidade de resíduos, além de utilizar mão de obra de baixo custo, fato que contribui para a precarização das condições de trabalho em escala mundial.

Atualmente, a exploração de matérias-primas menos impactantes tem sido um ponto crucial na discussão sobre a contribuição da área da moda para as melhorias ambientais. Fletcher e Grose (2011, p.13) corroboram estas ideias e sinalizam para o fato de que “todos os materiais afetam de alguma forma os sistemas ecológicos e sociais, mas estes impactos diferem de uma fibra para a outra quanto ao tipo e à escala”. As autoras defendem que as inovações orientadas para a redução do impacto ambiental dos materiais têxteis podem ser

divididas em quatro áreas interligadas, de acordo com as transformações que tem ocorrido no setor.

Primeiramente, nota-se um interesse da indústria por materiais originários de fontes renováveis. Segundo, há uma busca crescente por materiais que necessitam de níveis reduzidos de insumos (energia, água, substâncias químicas, etc.) durante o seu processo de produção. Como um exemplo deste tipo de material é possível citar as fibras naturais orgânicas, que gastam menos insumos para serem produzidas, se comparadas com as fibras produzidas de modo tradicional.

A terceira área de interesse do setor, diz respeito ao desenvolvimento e disseminação de melhores condições de trabalho e comercialização, fundamentados nos princípios de equidade e justiça econômica e social. Neste quesito é valorizada a certificação *Fair Trade*³⁹, que teve seu início na década de 1960 para congrega responsabilidade social, redução de impacto ambiental e competitividade para pequenos e médios produtores.

A quarta área de interesse do setor têxtil se concentra na utilização de materiais que gerem menor impacto e desperdício em fim de vida, levando em conta suas características biodegradáveis e recicláveis. A partir destas transformações ocorre um movimento interno no setor, em favor da mudança de seu paradigma de atuação, conforme defendem os autores a seguir.

O processo de sustentabilidade impele a indústria da moda a mudar. Mudar para algo menos poluente, mais eficaz e mais respeitoso do que hoje; mudar a escala e a velocidade de suas estruturas de sustentação e incutir nestas um senso de interconectividade (FLETCHER; GROSE, 2011, p.10).

Para viabilizar estas mudanças, as autoras defendem a necessidade de explorar oportunidades para aprimorar produtos de moda perante o uso mais eficiente dos recursos, melhoria das condições de trabalho, redução do uso de substâncias químicas e redução de poluentes. Devido a estes fatores, é possível observar o surgimento de novas diretrizes para a indústria têxtil, orientadas para princípios sustentáveis, que estão cada vez mais presentes no

³⁹ *Fair Trade* pode ser definido como o estabelecimento de parcerias comerciais fundamentadas no diálogo, transparência e respeito em busca de maior equidade comercial. Busca contribuir para o desenvolvimento sustentável, oferecendo melhores condições comerciais, bem como a garantia de direitos de produtores e trabalhadores desfavorecidos, especialmente em países periféricos (FAIRTRADE FOUNDATION, 2013).

processamento dos materiais, visto que esta etapa é essencial para a conversão de fibras em tecidos e posteriormente, em peças de vestuário (vide Lee, 2009 e Fletcher; Grose, 2011)

Para a obtenção de um melhor resultado, Lee (2009) ressalta que é necessário se ater ao processo de produção em toda cadeia têxtil e ao ciclo de vida do produto, o que ainda não tem sido considerado pelos produtores durante o processo produtivo ou pelos consumidores na hora da compra uma nova roupa. Torna-se necessário considerar a importância da mudança de comportamento por parte do consumidor, pois um bom resultado depende em grande parte desta tomada de consciência. Neste sentido, a ampliação da exigência dos consumidores por certificação e rastreabilidade pode implicar em um aumento da responsabilidade socioambiental das indústrias têxteis, induzindo a uma maior preocupação com a redução de impacto do produto em todo o ciclo de vida, do berço ao berço.

A partir da emergência destes pensamentos, o sistema de moda tem passado por mudanças significativas. A “moda solidária”, por exemplo, vem crescendo no Brasil nos últimos anos. No Ceará, a partir de uma iniciativa da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), surgiu o projeto Conexão Solidária, que busca facilitar a comercialização da produção desenvolvida por empreendimentos econômicos solidários. O projeto atua na interface entre a demanda gerada pelas empresas e as diversas cooperativas solidárias promovendo a inclusão social, o desenvolvimento de negócios justos e sustentáveis e a democratização econômica.

O projeto Conexão Solidária congrega setores com competências diferenciadas e inclui desde a reciclagem, a agricultura familiar até a indústria têxtil, com confecções e artesanato, promovendo a geração de renda, a valorização da cultura local e a redução dos impactos ambientais. Devido à disseminação das ideias fundamentadas no solidarismo, as roupas produzidas com técnicas artesanais – em uma cadeia produtiva orientada às melhorias sociais e ambientais –, estão cada vez mais presentes nas marcas e nas coleções de estilistas apresentadas nos grandes eventos de moda no Brasil.

Outras iniciativas importantes, como o evento Dragão *Fashion* (realizado em Fortaleza), que consiste no maior evento de moda do nordeste brasileiro, também contribuem para a disseminação de trabalhos produzidos por empreendimentos solidários. Em 2013, em sua 15ª edição, o evento apresentou nos desfiles coleções com roupas produzidas em diferentes regiões do Brasil, como as peças apresentadas na Figura 4.



Figura 4 – Roupas com aplicação de técnicas artesanais – Dragão *Fashion* 2013

Fonte: <http://www.alemdamoda.com.br/gestao/dragao-fashion-brasil-aposta-na-economia-solidaria>. Fotos: Alexandre Perroca

O objetivo do evento consiste em mostrar ao mercado de moda peças que valorizam o ecodesign e o trabalho realizado por artesãos, indicando como a utilização de técnicas artesanais pode ser incorporada à moda, a partir do conceito de responsabilidade socioambiental e comércio justo. Deste modo, a valorização e a disseminação do trabalho artesanal na moda vêm contribuindo para a geração de renda de empreendedores que atuam com a economia solidária.

No que tange aos aspectos ambientais, observa-se também uma maior ênfase na produção e uso do algodão orgânico, que também vêm se consolidando no Brasil nos últimos anos. Estas ações trazem amplos benefícios socioambientais e econômicos para pequenos produtores, costureiras e artesãos associados em cooperativas e, de modo paulatino, também fomentam o processo de transformação da consciência e do perfil dos produtores e dos consumidores de moda.

4.1. Análise do caso Justa Trama

Para a realização do presente estudo buscou-se um empreendimento na área da moda no sul do Brasil, que fundamentasse suas ações de produção e comercialização nos princípios da economia solidária e da sustentabilidade (social, ambiental e econômica). Deste modo, identificou-se o caso da Justa Trama, que consiste em uma associação que congrega cooperativas de todo o território nacional, sob a tutela de uma mesma marca. Estas

cooperativas se localizam em diferentes regiões e atuam em diferentes etapas da cadeia produtiva, efetuando um trabalho em rede.

A Justa Trama atua como marca institucional ou “guarda-chuva” a fim de promover maior força e visibilidade e, ao mesmo tempo unificar a filosofia e o modo de atuação das diferentes cooperativas associadas. Deste modo, estas cooperativas são regidas por princípios comuns que se referem ao modo de produção, valorização do trabalho, qualidade e preocupação com o meio ambiente. A Justa Trama é certificada pela Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD) – que realiza inspeções anuais para verificar o modo de plantio e o manejo agroecológico – e pela *Fairtrade International* (FLO), que auxilia os produtores a desenvolver processos que atendam os critérios do comércio justo.

4.1.1. Breve histórico da marca Justa Trama

Durante a década de 1980, no nordeste brasileiro, a modernização da agricultura destruiu o algodão arbóreo – uma planta perene resistente à seca que integrava o sistema sustentável na lavoura do semiárido – e trouxe o algodão herbáceo cultivado na região sul do país. Devido às diferenças regionais de solo e clima, a adaptação da espécie necessitou de um alto consumo de fertilizantes químicos e agrotóxicos, que foram subsidiados pelo crédito bancário e fortaleceram as estruturas coloniais de dependência na região. As sementes eram vendidas pelo Governo e os demais insumos pelas transnacionais sediadas em São Paulo⁴⁰.

Além das mudanças na agricultura, o contexto social passava por diversas turbulências de migração, evasão da riqueza, desorganização social e dependência de políticas assistencialistas resultantes, aliado à demanda internacional por algodão orgânico⁴¹. Foi neste cenário que nasceu a Justa Trama no ano de 2005, com a finalidade de compor uma marca para representar uma associação de cooperativas, iniciada a partir da ideia de desenvolvimento da cadeia produtiva do algodão agroecológico, um produto que, do começo ao fim de vida, fosse desenvolvido de forma solidária, valorizando tanto o trabalho dos colaboradores envolvidos no processo quanto a qualidade e a sustentabilidade ambiental.

A cadeia produtiva iniciou suas atividades em 2004 com o desafio de produzir sessenta mil bolsas para o Fórum Social Mundial de 2005, sediado em Porto Alegre/RS e esta

⁴⁰ AGRICULTURA SUSTENTÁVEL. Efeitos dos agroquímicos. Disponível em <<http://www.agrisustentavel.com/toxicos/efeitos.htm>> Acesso em: 14 de junho de 2013.

⁴¹ O algodão orgânico é obtido em sistemas sustentáveis, mediante o manejo e a proteção dos recursos naturais, sem a utilização de agrotóxicos, adubos químicos ou outros insumos que possam de certa forma ser prejudiciais à saúde humana e animal e ao meio ambiente, mantendo e recuperando a fertilidade e a vida dos solos e a diversidade dos seres vivos (ALBUQUERQUE et al, 2010).

atividade marcou o início do empreendimento Justa Trama. Participaram da produção das sacolas a Cooperativa Nova Esperança (CONES) de Nova Odessa/SP, responsável pela fiação e pela tecelagem e a Cooperativa de Trabalhadores na Fiação (TEXTILCOOPER) de Santo André/SP. A confecção das peças ficou por conta das cooperativas UNIVENS de Porto Alegre/RS e Fio Nobre de Itajaí/SC. Devido ao grande volume de produção foram chamados mais trinta empreendimentos econômicos solidários para participar do trabalho.

Atualmente, a Justa Trama é uma marca que engloba várias cooperativas que trabalham com produção em rede de algodão orgânico, da qual participam trabalhadores organizados que integram empreendimentos de acordo com preceitos da economia solidária. Todas as etapas do processo de produção são realizadas por duas cooperativas que plantam o algodão orgânico e quatro cooperativas responsáveis pela fiação, tecelagem e confecção de peças de vestuário, que cobrem todos os elos da cadeia do vestuário em algodão – do plantio à confecção da roupa. São homens e mulheres agricultores, fiadores, tecedores, coletores, beneficiadores de sementes e costureiras que fazem parte do processo de produção é também são os proprietários da marca, que tem como fundamento, a ideia de desenvolvimento de um produto feito somente por empreendimentos de economia solidária⁴².

4.1.2. Etapas do ciclo de vida do produto da Justa Trama

A primeira etapa é o plantio e cultivo do algodão agroecológico, nos Estado do Ceará e Mato Grosso do Sul, onde agricultores familiares associados plantam, beneficiam e comercializam o algodão em pluma para o resto da cadeia. A etapa seguinte é a fiação e tecelagem realizada em Minas Gerais. A confecção das peças é feita por duas cooperativas no Sul do país: a Cooperativa de Costureiras UNIVENS, de Porto Alegre/RS e a Cooperativa Fio Nobre, de Itajaí/SC.

Atualmente a cadeia produtiva, do plantio do algodão até a confecção dos produtos da Justa Trama, acontece em etapas e conta com a participação de sete cooperativas distribuídas em seis estados brasileiros, conforme apresentado no Quadro 1, a seguir.

Nome	Sigla	Produção	Município	Estado
Associação Desenvolvimento Cultural e Educacional	ADEC	Plantio do algodão orgânico	Taúa	CE

⁴² JUSTA TRAMA. Fibra ecológica - história. Disponível em <<http://www.justatrama.com.br/menu/historia>> Acesso em: 15 de junho de 2013.

Assentamento Itaipava Mato Grosso do Sul	APOMS	Plantio do algodão orgânico	Campo Grande	MS
Cooperativa de Produção de Têxtil de Para de Minas	COOPERTEXTIL	Fiação e Tecelagem	Pará de Minas	MG
Cooperativa Fio Nobre	FIO NOBRE	Confecção	Itajaí	SC
Cooperativa Venceremos	UNIVENS	Confecção	Porto Alegre	RS
Cooperativa Artesanato	INOVARTE	Brinquedos e pedagógicos com sobras da confecção	Porto Alegre	RS
Cooperativa Açaí	AÇAÍ	Sementes da roupa usadas ornamentação peças e tal produção de ecojô	Porto Velho	RO

Quadro 1 – Empreendimentos da cadeia Justa Trama

Fonte: <http://www.justatrama.com.br/menu/quem-somos>

Com as sobras da confecção são desenvolvidos brinquedos e jogos pedagógicos pela Cooperativa de Artesanato INOVARTE de Porto Alegre/RS. A extração de sementes, que são aplicadas nas peças de vestuário em forma de bordados, botões e outros acessórios é realizada pela Cooperativa Açaí, que fica em Porto Velho/RO.

4.1.2.1 Análise da etapa de pré-produção

A partir da investigação da etapa de pré-produção e de seu respectivo cruzamento com as estratégias orientadas à sustentabilidade que podem ser aplicadas ao *Life Cycle Design*, verificou-se que nesta etapa já são atendidos diversos requisitos ambientais, sociais e econômicos.

A escolha de recurso de baixo impacto ambiental é uma estratégia fortemente utilizada nesta etapa, visto que o modelo produtivo da Justa Trama procura reduzir os impactos ambientais e aperfeiçoar os fluxos de processos e operações ao longo da cadeia produtiva, efetuando o cultivo de algodão livre de agrotóxicos. Ao reduzir o consumo de insumos durante o plantio também é utilizada a estratégia de minimização e desmaterialização de recursos.

A ideia principal da Justa Trama se sustenta em dois pilares básicos: agricultura familiar e algodão agroecológico, este cultivado sem o uso de defensivos agrícolas e bastante valorizado no mercado têxtil, sendo que estas ideias correspondem aos ideais

socioeconômicos e ambientais da sustentabilidade. A figura 5, a seguir demonstra o registro de um dos agricultores associados à Justa Trama, que produz o algodão orgânico conjugado com plantio de milho.



Figura 5 – Produtor de algodão orgânico

Fonte: <http://www.justatrama.com.br>

As estratégias para a sustentabilidade econômica e social também são priorizadas nesta etapa, pois foi observada a existência de processos que se fundamentam na equidade entre os atores envolvidos, melhoria das condições de trabalho e emprego, promoção da coesão social por meio do estabelecimento de parcerias locais e da valorização dos produtos oriundos dos grupos de pequenos agricultores. O plantio, por sua vez é feito por pequenos agricultores, associados às cooperativas ADEC/CE e APOMS/MS, que cultivam também produtos alimentícios orgânicos para a subsistência das famílias, melhorando assim a nutrição das famílias, reduzindo o gasto com a compra de alimentos e promovendo a economia local.

Estas estratégias postas em prática propiciam inúmeros benefícios, pois os trabalhadores que atuam direta ou indiretamente com o algodão orgânico são favorecidos por este modelo produtivo, que contribui para a fixação do homem no campo e para a geração de trabalho e renda digna e estável no meio rural.

4.1.2.2 Análise da etapa de produção

Após a colheita, o algodão orgânico é enviado por transporte terrestre para os processos de fiação e tecelagem, realizados na COPERTÊXTIL/MG. Esta etapa é livre do uso de produtos químicos como alvejantes, amaciantes e tingimentos, pois se utiliza apenas água quente para o pré-encolhimento do tecido. Também não são utilizados corantes, pois os tecidos mantêm a cor original da fibra no momento da colheita, que varia entre tons crus, verdes e marrons.

A utilização do algodão colorido reduz o uso de água, visto que uma peça de roupa feita com este tipo de algodão utiliza em média, apenas 10% da água gasta em uma confecção tradicional, também causa um menor impacto ambiental, pois utiliza menos energia e não expele resíduos poluentes na água e no solo durante a composição do tecido. A partir da análise dos processos realizados nesta etapa verifica-se que são priorizadas as estratégias ambientais de escolha de recursos de baixo impacto ambiental e de minimização e desmaterialização de recursos.

Embora as parcerias estabelecidas entre as cooperativas de diversas regiões do país sejam um ponto forte do sistema quando analisadas sob a ótica social e econômica, do ponto de vista ambiental esta localização distribuída carece de melhores soluções. A integração entre a produção e a manufatura requer a utilização de meios de transporte terrestres para a transferência dos insumos devido às grandes distâncias entre as cooperativas, o que consome grande quantidade de combustível e emite substâncias poluentes na atmosfera, além de ampliar os custos desta etapa produtiva.

Após o processo de tecelagem, os tecidos seguem por transportadora para a confecção das peças de vestuário nas cooperativas UNIVENS/RS e Fio Nobre/SC. Na confecção são utilizadas linhas de fibras não orgânicas, pois ainda não há linhas de costura produzidas com algodão orgânico disponíveis no mercado, assim como zíperes e elásticos. Outros aviamentos utilizados nas peças, como botões e fivelas, são feitos de casca de coco e também são utilizadas as sementes coletadas pela cooperativa Açai/RO em bordados aplicados nas peças. Os resíduos da confecção, como retalhos e fios, são utilizados para confeccionar jogos educativos e bonecas pela INOVARTE/RS, deste modo o tempo de vida dos materiais é estendido.

A criação dos produtos é feita a partir de contratação de profissionais da área de moda: estilistas ou designers de moda, dependendo dos recursos disponíveis para a contratação destes serviços. Alguns produtos são desenvolvidos a partir da demanda, como camisetas e *ecobags* para eventos, por instituições associadas às cooperativas de confecção.

Identificou-se, assim, uma demanda para o estabelecimento de novas parcerias na área de design para a criação de produtos e gestão de processos, pois não há um acompanhamento sistemático de designers para identificar necessidades de melhorias e mudanças nas várias etapas do ciclo de vida dos produtos da Justa Trama.

Os cooperados da COPERTÊXTIL, que trabalham na fiação e tecelagem utilizam a estrutura de uma fábrica em situação de falência, administram o negócio e dividem os lucros, gerando assim, trabalho e renda para a região. Os cooperados que trabalham na confecção das peças, na UNIVENS/RS e na Fio Nobre/SC, e na coleta das sementes para os bordados aplicados nas peças na Açaí/RO também participam da divisão dos lucros de acordo com sua produção. Este modelo produtivo de cooperação propicia inúmeros benefícios para os trabalhadores como a equidade entre os atores envolvidos, melhoria das condições de trabalho e emprego, promoção da coesão social, pois contribui para a geração de melhores condições de trabalho e renda.

4.1.2.3 Análise da etapa da distribuição

Os segmentos dos produtos atendem ao público masculino e feminino com camisetas, jaquetas, bermudas, calças, vestidos e acessórios que podem ser adquiridos na loja virtual da Justa Trama⁴³.

A comercialização das peças é feita por meio do comércio *online*, de feiras e em três lojas físicas, duas situadas em Porto Alegre/RS e uma em Itajaí/SC. Segundo Letícia Balester⁴⁴, colaboradora do setor comercial da Justa Trama, a venda via *e-commerce* foi uma boa opção, pois quem compra geralmente já conhece os produtos ofertados em feiras ou lojas. De acordo com Balester (2013) “As feiras são excelentes para dar visibilidade ao nosso trabalho, ampliar o nosso alcance e, principalmente, construir novas relações e parcerias”.

⁴³ JUSTA TRAMA. Disponível em <http://www.justatrama.com.br>

⁴⁴ Letícia da Silva Balester, Relações Públicas, Assessora da Justa Trama. Atividades: comunicação, comercial, exportação, relacionamento com cliente, produção, execução de projetos e outras demandas. Entrevista em 30 de setembro de 2013.



Figura 6 – *Banner* de produtos da Justa Trama

Fonte: <http://www.justatrama.com.br>

A figura 6 demonstra o *banner* que se encontra no *site* da Justa Trama para divulgar um ponto de venda e as camisetas da marca com estampas e frases que promovem a preservação da natureza. A comunicação ao consumidor das vantagens ambientais, sociais e econômicas dos produtos é feita por meio do *site* da marca, pelas redes sociais na internet, por meio de *banners* e *folders* nas feiras em diversos eventos nacionais e internacionais.

Nesta etapa verificou-se a ênfase nas estratégias sociais e econômicas da sustentabilidade no que se refere à equidade entre os *stakeholders* e promoção da coesão social devido à participação e divisão dos lucros obtidos com as vendas dos produtos.

4.1.4. Etapa de utilização e descarte

Durante o processo de venda é comunicado aos consumidores, por meio das vendedoras, que ocorre um encolhimento das peças após a lavagem, recomendando-se a compra de uma numeração maior. Ou seja, se o consumidor usar o tamanho P, recomenda-se comprar o tamanho M.

Para ofertar o produto aos consumidores finais, as peças passam por um minucioso processo de revisão para que não sejam comercializadas com defeitos, entretanto, caso o consumidor queira trocar uma peça que encolheu em demasia após a lavagem, a peça e trocada é doada para alguma instituição. Esta postura da Justa Trama visa a ampliação da transparência e do respeito com o consumidor, embora este campo comunicacional ainda apresente diversos aspectos e melhorias a serem explorados.

Verificou-se também que até o momento não são realizadas ações de gestão de fim de vida, logística reversa ou recolha de peças pós-uso. Assim, na fase de fim de vida ainda existem horizontes para desenvolver estratégias econômicas de valorização e

reintegração dos resíduos e estratégias ambientais de otimização da vida dos produtos e extensão da vida dos materiais.

5. Considerações finais

A partir desta investigação foi possível verificar que as cooperativas que integram a marca Justa Trama já desenvolvem diversas estratégias orientadas à sustentabilidade social, ambiental e econômica, visto que estas estratégias se encontram inseridas de modo intrínseco em todas as etapas do *Life Cycle Design*. O modelo analisado e já implantado na prática cotidiana destas cooperativas tem obtido êxito em seus propósitos de prover autonomia aos cooperados nas diferentes etapas de produção e distribuição, ao mesmo tempo em que consegue manter um alinhamento em seus valores centrais, fundamentados nos princípios da economia solidária.

Com o desenvolvimento de uma análise orientada sob a ótica da prática, tornou-se possível verificar que os processos que envolvem o pensamento em design não se referem apenas a produtos ou aspectos materiais e não se fundamentam somente na solução de problemas de ordem física, mas envolvem a intencionalidade da ação humana e o contexto das relações políticas e sociais em uma reconfiguração continuada dos processos. Por outro lado, a multiplicidade de abordagens e contextos existentes propicia desencontros entre os conceitos teóricos e os procedimentos fundamentados em ações reais, entretanto uma tentativa de aproximação mais sistematizada pode propiciar uma maior coesão entre estas diferentes abordagens, permitindo sua acessibilidade e disseminação a um público mais amplo, composto por designers e não designers.

A associação entre as estratégias da sustentabilidade e da economia solidária com os processos de design nos apresenta o desafio de questionar e reconstruir o entendimento sobre o papel do profissional em design, que tem a intenção de trabalhar em diferentes categorias sociais. Neste sentido, a priorização dos diferentes saberes e das particularidades individuais em um processo dialógico com a visão do todo, devem compor o perfil estratégico e sistêmico do projeto. Estes elementos se caracterizam como princípios-chave para que o desenvolvimento do projeto em design atenda seus propósitos de melhoria de qualidade de vida e de fortalecimento local, econômico e ambiental. Partindo destas averiguações, cabe propor que os princípios que fundamentam as diferentes abordagens de design orientadas à sustentabilidade sejam revisitados, com a finalidade de fortalecer suas estruturas teóricas e ampliar sua acessibilidade no campo da prática.

Referências

ADS/CUT. Agência de Desenvolvimento Solidário. Disponível em < www.ads.org.br> Acesso em novembro de 2013.

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL. Efeitos dos agroquímicos. Disponível em <http://www.agrisustentavel.com/toxicos/efeitos.htm> Acesso em: 14 de agosto de 2013.

ALBUQUERQUE, F.; BATISTA, M.; OLIVEIRA, R.; TAVARES, M. Análise energética do cultivo do algodão orgânico consorciado com culturas alimentares. IV Congresso Brasileiro de Mamona e I Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticas, João Pessoa, PB – 2010. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/18351/1/ECP-16.pdf> Acesso em: 20 de set. de 2013.

ANCOSOL. Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária. Disponível em <<http://www.ancosol.org.br>>. Acesso em julho de 2012.

BARBOSA, R. N. de C. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007. 317p.

BALESTER, Letícia da Silva. Relações Públicas, Assessora da Justa Trama. Atividades: comunicação, comercial, exportação, relacionamento com cliente, produção, execução de projetos e outras demandas. Entrevista realizada em em 30 de setembro de 2013.

BERLIM, Lilyan. Moda e Sustentabilidade: uma reflexão necessária. São Paulo: Estação das Letras e Cores Editora, 2012.

BERTUCCI, Ademar; SILVA, Roberto Marinho. *20 anos de Economia Popular Solidária*. 1ª Edição. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BOITO Jr., Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BONSIEPE, Gui. Some virtues of design. In: Symposium Design Beyond Design. Maastricht, Jan Van Eyck Academy, 1998. Disponível em <<http://www.guibonsiepe.com/>> Acesso em: 15 Ago. 2012.

CÁRITAS. Diretriz geral de ação. Disponível em < <http://caritas.org.br/novo/diretriz-geral-de-acao>> Acesso em ago. 2012.

CARVALHO, Mariana C. Autogestão, Economia solidária e Cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. 2012. 119 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Juiz de Fora, MG. 2012.

CASTRO, B. G. A economia solidaria de Paul Singer: a construção de um projeto político. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2009.

CORNELIAN, A. R. A concepção de “Economia solidária” em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectivas. Dissertação de Mestrado. 99p. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2006. p.7.

FAIRTRADE FOUNDATION. What is Fairtrade? Disponível em <http://www.fairtrade.org.uk/what_is_fairtrade/default.aspx> Acesso em Outubro de 2013.

FARIA, José Henrique de. *As organizações coletivistas de produção associada e a autogestão social*. Disponível em <<http://eppeo.org.br/wp-content/uploads/2011/10/FARIA-As-OCPA-e-a-Autogest%C3%A3o.pdf>> Acesso em 09 abr. 2012.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia solidária. Disponível em < <http://www.fbes.org.br>> Acesso em julho de 2012.

FIDIC - International Federation of Consulting Engineers. Disponível em < <http://fidic.org>> Acesso em julho de 2013.

FLETCHER, Kate; GROSE, Lynda. *Moda & Sustentabilidade: design para mudança*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

KRUCKEN, L. *Design e território: valorização de identidades e produtos locais*. São Paulo: Studio Nobel, 2009. P.17.

LECHAT, Noelle Marie P. *Trajetórias intelectuais e o campo da Economia solidária no Brasil*. 2004. 392 p. Tese. (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, SP. 2004.

LEE, Matilda. *ECO CHIC: O guia de moda ética para a consumidora consciente*. 1. ed. São Paulo: Larousse, 2009.

MANZINI, E. *Design research for sustainable social innovation*. Disponível em: <<http://www.sustainable-everyday.net/manzini/>>. Acesso em: 25 jul. 2009.

MANZINI, Ezio; VEZZOLI, Carlo. O desenvolvimento de produtos sustentáveis. São Paulo: Editora da Universidade, 2002.

MATTOSO, J. A desordem no trabalho. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1995.

MENDONÇA, Bruno. Dragão Fashion Brasil e Economia solidária Brasil. IBModa. Disponível em: <http://www.alemdamoda.com.br/gestao/dragao-fashion-brasil-aposta-na-economia-solidaria/> Acesso em: 10 de agosto de 2013.

MENDONÇA, Bruno. Dragão Fashion Brasil e Economia solidária Brasil. IBModa. Disponível em: <http://www.alemdamoda.com.br/gestao/dragao-fashion-brasil-aposta-na-economia-solidaria/> Acesso em: 10 de agosto de 2013.

MENEZES, Maria Thereza C. G. Economia solidária: elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro, Gramma, 2007.

MONTEIRO, B. G.; WAGNER, R. Design e Inovação Social. In: Revista Estudos em Design, Rio de Janeiro, p. 57 - 72, 11 mar. 2010. P.60.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego/ SENAES – Secretaria Nacional de Economia solidária. O que é Economia solidária? <<http://portal.mte.gov.br/eco-solidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>> Acesso em setembro de 2013.

PEREIRA, Clara M. G. M. Economia solidária: uma investigação sobre suas iniciativas. 2011. 195 p. Dissertação. (Instituto de Economia) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.Campinas, SP. 2011.

QUEIROZ, Camila. Projeto da Economia solidária produz moda com peças artesanais. Disponível em: http://www.adital.com.br/hotsite_economia/noticia.asp?lang=PT&cod=55642> Acesso em: 20 de agosto de 2013.

QUEIROZ, Camila. Projeto da Economia solidária produz moda com peças artesanais. Disponível em: http://www.adital.com.br/hotsite_economia/noticia.asp?lang=PT&cod=55642. Acesso em: 20 de agosto de 2013.

ROY, Robin. The evolution of ecodesign. Technovation. Volume 14, Issue 6. Pages 363-380. Elsevier Science. 1994.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. Estratégias de transição para o século XXI. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.

SANDERS, E. B., & STAPPERS, P. J. Co-creation and the new landscapes of design. *CoDesign: International Journal of CoCreation in Design and the Arts*, 4, 1, 5-18. 2008.

SCHMIDHEINY, S. Mudando o rumo: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1992.

SILVA, Jucelia S. Giacomini et al. Implicações dos princípios do design sustentável na gestão do desenvolvimento de produtos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 29., 2009, Salvador. Anais... Salvador: Abepro, 2009. 1 CD-ROM.

SILVA, Jucelia S. Giacomini. Diretrizes para o design de Sistema Produto-Serviço voltado ao trabalho remoto. Dissertação (Mestrado em Design) Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SINGER, P. A SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego. Mimeo, S/D.

UNEP. *Guidelines for Social Life Cycle Assessment of Products*. Disponível em: <http://lcinitiative.unep.fr/default.asp?site=lcinit&page_id=A8992620-AAAD-4B81-9BAC-A72AEA281CB9>. Acesso em: 10 ago. 2009.

UNISOL Brasil. Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários. Disponível em <<http://www.unisolbrasil.org.br/>>. Acesso em julho de 2012.

VEZZOLI, C. System design for sustainability. Theory, methods and tools for a sustainable “satisfaction-system” design. Maggioli Editore. Milano, Italy, 2007.

VIEIRA, Fabiano Mourão. Coerência e aderência da economia solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul. Tese de Doutorado, USP/São Paulo, 2006.

ZANCHETI, S. M. Desenvolvimento Sustentável Urbano. Pernambuco: UFPE/GECI: Gestão do Patrimônio Cultural, 2004.